

Artigo Original

Acessibilidade arquitetônica para pessoas que utilizam cadeira de rodas em academias: um estudo observacional

Architectural accessibility for people who use wheelchairs in fitness centers: an observational study

Sávio Luís Oliveira da Silva  Rafael Carvalho da Silva Mocarzel  Bruna Medeiros Neves 

Universidade de Vassouras (Univassouras) , Brasil

HISTÓRICO DO ARTIGO

Recebido: 18.09.2025
Revisado: 02.02.2026
Aprovado: 02.02.2026

PALAVRAS-CHAVE

Acessibilidade arquitetônica;
Academias;
Pessoas que utilizam cadeira de rodas.

KEYWORDS

Architectural accessibility;
Fitness centers;
Wheelchair users.

PUBLICADO

09.03.2026

AUTOR CORRESPONDENTE

Rafael Carvalho da Silva Mocarzel

COMO CITAR ESTE ARTIGO (HOW TO CITE)

SILVA, S. L. O. da; MOCARZEL, R. C. da S.; NEVES, B. M. Acessibilidade arquitetônica para pessoas que utilizam cadeira de rodas em academias: um estudo observacional. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 24, e36186, 2026. [10.36453/cefe.2026.36186](http://doi.org/10.36453/cefe.2026.36186).

RESUMO

INTRODUÇÃO: A prática regular de atividade física é fundamental para a promoção da saúde, autonomia e qualidade de vida de pessoas com deficiência física. Entretanto, barreiras arquitetônicas ainda limitam o acesso e a permanência desse público em espaços destinados à prática de exercícios físicos, como academias de ginástica.

OBJETIVO: Analisar as condições de acessibilidade arquitetônica para pessoas que utilizam cadeira de rodas em academias do município de Maricá, Rio de Janeiro.

MÉTODOS: Trata-se de um estudo observacional, exploratório e transversal, realizado em 23 academias do município, por meio da aplicação de um checklist adaptado da NBR 9050. A análise dos dados foi de natureza descritiva, com apresentação de frequências e percentuais, complementada por análise qualitativa interpretativa.

RESULTADOS: Os resultados indicaram que nenhuma das academias avaliadas apresentou acessibilidade arquitetônica plena. Observou-se ausência ou inadequação de rotas acessíveis, sinalização, mobiliário, equipamentos e sanitários adaptados, em desacordo com os parâmetros normativos vigentes.

CONCLUSÃO: Conclui-se que as academias investigadas apresentam importantes limitações estruturais, evidenciando a necessidade de adequações arquitetônicas e de ações sistemáticas de fiscalização para garantir o direito de acesso à prática de atividade física por pessoas que utilizam cadeira de rodas.

ABSTRACT

BACKGROUND: Regular physical activity is essential for promoting health, autonomy, and quality of life for people with physical disabilities. However, architectural barriers still limit access to and permanence in spaces intended for physical exercise, such as fitness centers.

OBJECTIVE: This study aimed to analyze architectural accessibility conditions for wheelchair users in fitness centers in the municipality of Maricá, Rio de Janeiro.

METHOD: This observational, exploratory, and cross-sectional study was conducted in 23 fitness centers using a checklist adapted from ABNT NBR 9050. Data were analyzed descriptively using frequencies and percentages, complemented by qualitative interpretative analysis.

RESULTS: The results indicated that none of the evaluated fitness centers presented full architectural accessibility, with inadequacies identified in accessible routes, signage, furniture, equipment, and restrooms.

CONCLUSION: It is concluded that the investigated fitness centers present significant structural limitations, highlighting the need for architectural adaptations and systematic inspection actions.

Open  Access
Full Text Article



Este artigo foi publicado sob a licença
Creative Commons Attribution 4.0
International (CC BY 4.0).

▼ INTRODUÇÃO

A prática regular de atividade física é amplamente reconhecida como um fator essencial para a promoção da saúde, prevenção de doenças crônicas e melhoria da qualidade de vida da população. Para pessoas com deficiência física, a atividade física assume papel ainda mais relevante, pois contribui para a manutenção da capacidade funcional, para o fortalecimento da autonomia e para a ampliação das possibilidades de participação social (Assumpção; De Moraes; Fontoura, 2002; Matsudo; Matsudo, 2000).

Apesar dos benefícios amplamente documentados, pessoas com deficiência física, especialmente aquelas que utilizam cadeira de rodas, ainda enfrentam diversas barreiras para acessar ambientes destinados à prática de atividade física. Entre essas barreiras, destacam-se as de natureza arquitetônica, que comprometem o deslocamento, o acesso e a permanência segura nesses espaços, limitando o exercício pleno do direito à prática corporal e esportiva (Sassaki, 2006; Reis, 2018).

No contexto brasileiro, a acessibilidade arquitetônica é assegurada por um conjunto de dispositivos legais e normativos. A Lei nº 10.098/2000 estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, enquanto a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, reforça o direito ao acesso aos espaços de uso coletivo em condições de igualdade. Complementarmente, a Norma Brasileira ABNT NBR 9050 define critérios técnicos e parâmetros para o projeto, construção, adaptação e manutenção de edificações, mobiliários e equipamentos urbanos acessíveis.

Apesar desse arcabouço legal, estudos nacionais apontam que academias de ginástica frequentemente apresentam inadequações estruturais que dificultam ou inviabilizam o acesso de pessoas que utilizam cadeira de rodas (Ferreira et al., 2018; Lima et al., 2018; Razuck et al., 2021). Em muitos casos, os estabelecimentos até permitem a entrada do usuário, mas não oferecem condições adequadas para a circulação, utilização dos equipamentos ou permanência no local, o que evidencia uma dissociação entre o cumprimento formal da legislação e a efetivação da acessibilidade arquitetônica.

Diante desse cenário, torna-se relevante investigar as condições reais de acessibilidade arquitetônica em academias, de modo a identificar barreiras existentes e subsidiar ações de adequação e fiscalização. Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar as condições de acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiência física que utilizam cadeira de rodas em academias do município de Maricá, Rio de Janeiro, com base nos parâmetros estabelecidos pela ABNT NBR 9050.

▼ MÉTODOS

Trata-se de um estudo observacional, exploratório e de caráter transversal, desenvolvido com o objetivo de analisar as condições de acessibilidade arquitetônica em academias de ginástica para pessoas que utilizam cadeira de rodas.

O estudo foi realizado no município de Maricá, estado do Rio de Janeiro. A amostra foi composta por 23 academias em funcionamento no município no período da coleta de dados. As academias foram identificadas a partir de um levantamento prévio dos estabelecimentos registrados e ativos no município, sendo incluídas aquelas que permitiram a realização da observação *in loco*.

Na versão original do manuscrito, utilizou-se o termo “seleção aleatória” para caracterizar a escolha das academias. Neste estudo, esse termo refere-se à ausência de critérios intencionais de seleção relacionados ao porte, à localização ou ao perfil do público atendido, buscando-se contemplar academias distribuídas em diferentes regiões do município, de modo a representar a realidade local e minimizar vieses de escolha.

A coleta de dados foi realizada por meio de observação direta, durante visitas presenciais às academias, ocorridas no mês de maio de 2024. Utilizou-se como instrumento de coleta um checklist adaptado da Norma Brasileira ABNT NBR 9050 (2015), que estabelece critérios técnicos para acessibilidade em edificações e espaços de uso coletivo.

O checklist contemplou itens relacionados a: (a) rota acessível externa e interna; (b) existência de rampas, elevadores ou plataformas; (c) sinalização do Símbolo Internacional de Acesso; (d) dimensões e disposição do mobiliário e dos equipamentos; (e) circulação entre aparelhos; e (f) existência e adequação de sanitários acessíveis. A adaptação do instrumento consistiu na seleção dos itens da NBR 9050 diretamente aplicáveis ao contexto das academias de ginástica, excluindo-se aqueles referentes a ambientes não presentes nesses estabelecimentos.

A análise dos dados foi de natureza quantitativa e qualitativa, com caráter descritivo. Os dados quantitativos foram analisados por meio da apresentação de frequências absolutas e relativas (percentuais), permitindo caracterizar o grau de atendimento das academias aos critérios de acessibilidade estabelecidos pela NBR 9050. A análise qualitativa consistiu na descrição interpretativa das inadequações observadas durante as visitas, possibilitando uma compreensão contextual das barreiras arquitetônicas identificadas. Os achados do estudo foram discutidos à luz da literatura científica e da legislação vigente sobre acessibilidade.

Por se tratar de um estudo observacional, sem envolvimento direto de seres humanos e sem identificação nominal dos estabelecimentos avaliados, não houve necessidade de submissão a Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. As academias foram identificadas por letras, a fim de preservar sua identidade.

▼ RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos permitem analisar, de forma sistemática, as condições de acessibilidade arquitetônica das academias investigadas, à luz dos parâmetros estabelecidos pela ABNT NBR 9050 (2015), respondendo diretamente ao objetivo proposto no estudo.

Rota acessível e acesso às academias

A rota acessível constitui elemento fundamental para garantir o deslocamento seguro e autônomo de pessoas que utilizam cadeira de rodas em ambientes de uso coletivo. De acordo com a NBR 9050, a rota acessível deve ser contínua, desobstruída e conectada às áreas externas e internas da edificação.

No presente estudo, apenas 30,4% das academias avaliadas atenderam aos requisitos mínimos de rota acessível. Observou-se que somente 8,7% dispunham de rampas, elevadores ou plataformas que possibilitassem o acesso em cadeira de rodas, evidenciando a presença de barreiras arquitetônicas já no ingresso aos estabelecimentos. Esses resultados indicam que, para a maioria das academias analisadas, o acesso inicial ao espaço físico representa um obstáculo significativo para pessoas que utilizam cadeira de rodas.

Achados semelhantes são relatados por Ferreira *et al.* (2018) e Razuck *et al.* (2021), que identificaram a presença recorrente de degraus e desníveis como barreiras ao acesso em academias de ginástica em diferentes regiões do país.

Sinalização e identificação de acessibilidade

A sinalização adequada é um recurso essencial para orientar usuários e indicar a existência de condições acessíveis nos ambientes. A NBR 9050 recomenda o uso do Símbolo Internacional de Acesso em locais estratégicos, de forma visível e padronizada.

Neste estudo, verificou-se a ausência total de sinalização do Símbolo Internacional de Acesso em todas as academias avaliadas. Tal achado evidencia não apenas a inexistência de recursos informativos básicos, mas também a invisibilidade das condições de acessibilidade nesses estabelecimentos, o que pode dificultar o reconhecimento prévio dos ambientes acessíveis e desestimular a permanência de pessoas que utilizam cadeira de rodas. Resultados semelhantes foram descritos por Silveira *et al.* (2018) e Lima *et al.* (2018).

Mobiliário, equipamentos e circulação interna

As dimensões e a disposição do mobiliário e dos equipamentos exercem papel determinante na acessibilidade das academias. A NBR 9050 estabelece parâmetros mínimos de circulação e alcance manual para garantir a utilização funcional dos espaços por pessoas que utilizam cadeira de rodas. Os resultados indicaram que apenas 8,7% das academias avaliadas apresentaram mobiliários e equipamentos adequados às dimensões de alcance manual. Em 77,3% dos estabelecimentos, o espaçamento entre aparelhos era inferior ao mínimo recomendado, dificultando a circulação interna. Observou-se ainda que 91,3% das academias não possuíam corrimãos ou barras de apoio nos principais acessos internos. Esses dados evidenciam que, mesmo quando o acesso ao interior da academia é possível, a utilização plena do espaço permanece comprometida.

Sanitários acessíveis

A disponibilidade de sanitários acessíveis é um requisito básico para a permanência de pessoas que utilizam cadeira de rodas em ambientes de uso coletivo. No presente estudo, constatou-se que 91,3% das academias avaliadas não possuíam sanitários acessíveis, o que compromete significativamente a autonomia e a permanência desse público durante a prática de atividade física. Resultados semelhantes são relatados por Gonçalves (2019) e Reis (2018).

Síntese dos achados

De modo geral, nenhuma das academias investigadas atendeu integralmente aos critérios de acessibilidade arquitetônica estabelecidos pela NBR 9050. Observou-se grande heterogeneidade entre os estabelecimentos, com alguns não atendendo a nenhum dos itens avaliados. Esses achados refletem um cenário de inadequação estrutural semelhante ao observado em outros contextos urbanos brasileiros, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais efetivas de fiscalização e adequação dos espaços destinados à prática de atividade física.

▼ CONCLUSÃO

Conclui-se que as academias avaliadas no município de Maricá apresentam importantes inadequações quanto à acessibilidade arquitetônica para pessoas que utilizam cadeira de rodas, em desacordo com a NBR 9050 e a legislação vigente. Os resultados evidenciam a necessidade de adequações estruturais, bem como de ações sistemáticas de fiscalização e conscientização, visando garantir o direito de acesso à prática de atividade física em ambientes seguros e acessíveis.

► AGRADECIMENTOS

Nada a declarar.

► CONFLITO DE INTERESSE

Os autores do estudo declaram não haver conflito de interesses.

► FINANCIAMENTO

Este estudo não teve apoio financeiro.

■ REFERÊNCIAS

- AMIRALIAN, M. L. T.; PINTO, E. B.; GHIRARDI, M. I. G.; LICHTIG, I.; MASINI, E. F. S.; PASQUALI, L. Conceituando deficiência. *Revista de Saúde Pública*, v. 34, n. 1, p. 97-103, 2000. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102000000100017>
- AMORIM, A. K. A. *Acessibilidade de pessoas com deficiência física nas academias de musculação de São José/SC*. 2011. Relatório (Estágio Supervisionado Bacharelado em Educação Física) – Universidade do Sul de Santa Catarina, São José, 2011.
- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ASSUMPÇÃO, L. O. T.; DE MORAIS, P. P.; FONTOURA, H. Relação entre atividade física, saúde e qualidade de vida: notas introdutórias. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, v. 8, n. 52, 2002. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd52/saude.htm> Acesso em: 04/05/2025.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm Acesso em: 04/05/2025.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 04/05/2025.

BRITO NETO, A.; SOUSA, S.; CRUZ NETO, J. V. Avanços e obstáculos em relação ao direito à acessibilidade em academias de ginástica na legislação brasileira. *Peer Review*, v. 5, n. 18, p. 451-69, 2023.

FERREIRA, E. C.; SOUZA, W. J.; SILVA, C. A. P.; NOVIKOFF, C.; ROSÁRIO, V. H. R.; OLIVEIRA, P. S. P.; TRIANI, F. S. O acesso para cadeirantes em academias de ginástica: um estudo realizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, v. 19, n. 1, p. 39-48, 2018. <https://doi.org/10.36311/2674-8681.2018.v19n1.04.p39>

GONÇALVES, D. M. Estudo da acessibilidade em academias para as pessoas com deficiência na cidade de Campina Grande – PB. In: Congresso Internacional de Meio Ambiente e Sociedade, 1., 2019. *Anais...* 2019. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conimas-e-conidis/2019/TRABALHO_EV133_MD4_SA51_ID887_20102019233834.pdf

HERNANDEZ, I. D. O. L. M. A. O.; OLIVARES, C. M. C.; IBAGUE, L. F. R. Accessibility in fitness facilities for people with physical disabilities: an integrative review. *Revista Ciencias de la Salud*, v. 19, n. 1, p. 1-21, 2021. http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692-72732021000100053&script=sci_abstract&tlng=en

LIMA, K. D. N.; OLIVEIRA, F. E. B.; VILELA, A. T.; ROSÁRIO, V. H. D.; OLIVEIRA, P. S. P.; TRIANI, F. S. Os desafios encontrados pelas pessoas com deficiência para o ingresso nas academias de ginástica da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, v. 19, n. 1, p. 49-58, 2018. <https://doi.org/10.36311/2674-8681.2018.v19n1.05.p49>

MATSUDO, M.; MATSUDO, V. K. R. Evidências da importância da atividade física nas doenças cardiovasculares e na saúde. *Revista Diagnóstico e Tratamento*, v. 5, n. 2, p. 10-7, 2000.

MATTOS, J. P. B.; VELLOSO, H. O lúdico como processo inclusivo no ambiente escolar. *Revista de Educação Pública*, v. 20, n. 17, 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/1/o-ludico-como-processo-inclusivo-no-ambiente-escolar>. Acesso em: 04/05/2025.

PASSOS, A. S. **Análise da ampliação da academia do SESI/AM para atendimento à pessoa com deficiência física: estímulo à inclusão social, laboral e qualidade de vida**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

RAZUCK, Y. R.; NASCIMENTO, J. L. B.; SAMPAIO, F. D. G.; SILVA, M. J.; MONTEIRO, E. R.; TRIANI, F. S.; CORRÊA NETO, V. G. Acessibilidade para cadeirantes em academias de ginástica da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, v. 22, n. 1, p. 71-80, 2021. <https://doi.org/10.36311/2674-8681.2021.v22n1.p71-80>

REIS, S. A. **Acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nas academias de Natal/RN**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/152a0fc0-f87e-4a02-9c7a-c0243faeeb38/content>

SABA, F. **Aderência: a prática do exercício físico em academias**. São Paulo: Manole, 2001.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. In: AZEVEDO, M. A. R.; CUNHA, G. R. (org.). *Gestão escolar e educação inclusiva: uma parceria necessária e emergente na escola*. *Revista Educação Teoria e Prática*, v. 18, n. 31, p. 53-72, 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/2204>

SILVEIRA, M. H. D.; FERRONATO, M. L.; TAVARES, B. R.; GOMES, A. S.; YAMAWAKI, S. Acessibilidades nas academias de ginástica ao ar livre na cidade de Pato Branco – PR. *Revista Técnico-Científica do CREA-PR*, n. 13, p. 2-7, 2018. Disponível em: <https://revistatecie.crea-pr.org.br/index.php/revista/article/view/403/273> Acesso em: 04/05/2025.

SOUZA, A. C.; COLOMÉ, I. C. S.; COSTA, L.; OLIVEIRA, D. L. L. C. A educação em saúde com grupos na comunidade: uma estratégia facilitadora da promoção da saúde. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 26, n. 2, p. 147-53, 2005.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte**. 2015. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235409_por Acesso em: 04/05/2025.

✉ E-MAIL DOS AUTORES

Sávio Luís Oliveira da Silva

✉ coordeducacaofisica.marica@univassouras.edu.br

Rafael Carvalho da Silva Mocarzel

✉ professormocarzel@gmail.com

Bruna Medeiros Neves

✉ bruna.neves@univassouras.edu.br

■ LICENÇA DE USO

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, inclusive para fins comerciais, desde que atribuam o devido crédito aos autores e à publicação inicial nesta revista.